

# Salários exigem reposição

FLÁVIA BARBOSA

Seja qual for a previsão de crescimento da economia brasileira para o ano 2000, uma coisa certa: os salários, as pensões e as aposentadorias terão de receber um reajuste suficiente para, pelo menos, repor a galopante inflação do ano passado. Se empresários e o governo forem vacilantes na concessão de aumentos, a meta estabelecida para a variação de 2,5% a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estará comprometida por falta de dinheiro para o consumidor gastar.

A tese é do economista Sérgio Mendonça, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Tanto o desemprego quanto a inflação foram contidos em 1999 por conta de um ajuste de renda. Além disso, houve restrição ao crédito por conta dos juros e da inadimplência. Se neste ano esta situação prevalecer, certamente vai-se abortar o crescimento do PIB”, avalia.

As perdas de rendimento do trabalhador, até novembro, eram de 4,9%. Estão excluídos deste cálculo aposentados e pensionistas, que têm como base de cálculo o salário mínimo, *engordado* com apenas R\$ 6 ano passado. E, como demonstrou o **JORNAL DO BRASIL** há três domingos, as despesas de uma família de classe média subiram cerca de 20% em 1999 devido à disparada dos preços administrados e das tarifas públicas.

## Rendimento médio

### Evolução do Real

1994	6%
1995	11%
1996	7%
1997	2%
1998	-0,43%
1999	-4,9%

Fonte: IBGE

### Participação do trabalho no PIB

1950	50%
1990	45%
1998	36%

Fonte: Unicamp/IBGE

São estas perdas acumuladas que mudaram o comportamento do trabalhador no segundo semestre de 1999, diz o economista Sérgio Mendonça. As categorias mais organizadas perceberam que a luta pela preservação do emprego, bandeira dos anos anteriores, estava esgotada, pois, de um lado, não tinham sido bem-sucedidas; de outro, não permitiram a manutenção do poder aquisitivo de quem ficou no emprego.

No segundo semestre do ano passado, ainda, ficou mais clara a curva de forte alta da inflação e a tendência de que a taxa estivesse criando um novo patamar, o que aumentou a sensação de perdas na remuneração. O próprio Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), declarou que a intenção da

entidade é articular um movimento nacional que terá o resgate do poder de compra como mote em 2000.

“O acumulado em 12 meses dos índices de preços ao consumidor ficará em 9%, 10% até março. Isto certamente fará com que os sindicatos tenham mais disposição de negociar nas datas-base, de levar para a mesa propostas mais duras e relevantes do ponto de vista do salário”, diz Mendonça. Para o Dieese e para o economista da Unicamp Marcio Pochmann, esta variação elevada será um importante argumento para as categorias cujos acordos coletivos serão fechados no primeiro semestre.

“As negociações deverão ser favoráveis para os setores que estiverem exportando, substituindo importações e àqueles que tem trabalhadores muito organizados”, avalia Pochmann. Como a informalidade brasileira costuma ter ganhos apenas quando o salário mínimo sobe, o reajuste definido pelo governo em 2000 será fundamental para o nível de renda de quase 30 milhões de trabalhadores. “Mas o movimento sindical abandonou a luta pelo salário mínimo nos últimos anos”, adverte Pochmann.

Se os sindicalistas vencerem a queda-de-braços com o salário mínimo, diz Sérgio Mendonça, as categorias cuja data-base é no segundo semestre – bancários e petroleiros – também terão um trunfo nas mãos para as negociações.

“Caso contrário, se todo o cenário previsto tiver se concretizado, a inflação estará em queda e os acordos serão mais difíceis”, prevê o Dieese.

O economista só não concorda com a tese de que, como a inflação vai recuar este ano – de quase 9% para 6% a 7%, pelo IPCA –, os trabalhadores serão obrigados a se submeter ao discurso de que a economia não é indexada. “A questão principal é que a inflação vai cair, nas nossas projeções, para 7%. Ou seja, é muito próxima da de 1999, foi criado um novo patamar. É diferente de você ter um repique num ano e ela voltar para o nível de 1998, na casa de 1%, 2%”, avalia o diretor-técnico do Dieese.

Prevalecendo este cenário do não à indexação, a renda média desabarà e o país ficará novamente estagnado – e, como será o terceiro ano consecutivo, as consequências sociais tenderiam a ser maiores. Mendonça argumenta que o Brasil não é como a Coreia, em que as exportações representam muito mais de 50% do PIB e, sozinhas, alavancam o desempenho econômico do país.

Aqui, as exportações não chegam a representar 10% do PIB. Mesmo com o crescimento previsto de três vezes o do PIB em 2000, essa proporção não se altera. Fluxo maior de investimentos externos e volume maior de vendas externas não garantem retomada da pujança econômica.